ISSN: 2358-8829

ENTRE CORPOS E SILÊNCIOS: EDUCAÇÃO SEXUAL COMO ESTRATÉGIA DE FORMAÇÃO CRÍTICA NO ESPAÇO ESCOLAR

Thalys Caio da Costa [1]

INTRODUÇÃO

A sexualidade humana constitui uma dimensão complexa e inerente à formação dos sujeitos, perpassando aspectos biológicos, psicológicos, afetivos, culturais e sociais. No entanto, historicamente, o tratamento dado a esse tema no ambiente escolar tem sido marcado por dilemas, omissões, abordagens estritamente biológico ou interditos moralistas. No contexto do Ensino Médio, etapa em que os adolescentes vivenciam intensas transformações corporais e a consolidação de suas identidades, o corpo e as manifestações de gênero tornam-se territórios atravessados por discursos normativos e desinformação, alimentando tabus, preconceitos e silenciamentos.

Diante dessa realidade, a Educação Sexual emerge no ambiente escolar como uma estratégia pedagógica indispensável para a promoção do conhecimento científico, do respeito às diferenças, da autoproteção e do desenvolvimento integral dos estudantes. Conforme sinaliza Louro (2004), discutir sexualidade na escola implica compreender o corpo, as identidades e as relações sociais como produções culturais e históricas construídas no cotidiano das instituições educativas. Romper com a invisibilidade desses debates é, portanto, um compromisso com a formação cidadã e com a garantia dos Direitos Humanos.

Nessa perspectiva, o presente trabalho consiste em um relato de experiência decorrente da execução da disciplina Eletiva de Educação Sexual ofertada para estudantes de uma escola pública de Ensino Médio no estado do Ceará. O objetivo central do artigo é analisar a relevância e os impactos de uma abordagem dialógica, emancipatória e acolhedora da Educação Sexual na educação básica, investigando de que maneira o uso de metodologias ativas e investigativas contribui para a desconstrução de tabus, a prevenção de violências e o fortalecimento do protagonismo juvenil.

A fundamentação pedagógica e legal deste trabalho alinha-se aos princípios diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a qual postula que a Educação Básica deve assegurar o desenvolvimento de competências socioemocionais, o

[1] Mestrando do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de Biologia em Rede Nacional (ProfBio) da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte - RN, thalys.caio@gmail.com

ISSN: 2358-8829

autocuidado, o respeito à diversidade e a empatia (BRASIL, 2018). Da mesma forma, dialoga com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que indicam a Orientação Sexual como Tema Transversal indispensável para o exercício da cidadania (BRASIL, 1998). Ao articular o ensino de biologia aos Direitos Humanos e à dignidade humana abordando desde a anatomia reprodutiva até pautas emergentes como a pobreza menstrual, o trabalho busca evidenciar a escola como um espaço seguro de escuta, aprendizagem crítica e acolhimento.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Este trabalho caracteriza-se como um relato de experiência de natureza qualitativa e caráter descritivo-reflexivo. A intervenção foi realizada no âmbito de uma disciplina Eletiva de Educação Sexual ofertada em uma escola pública da rede estadual de ensino do Ceará.

Participaram da experiência estudantes regularmente matriculados nas 1ª, 2ª e 3ª séries do Ensino Médio. A eletiva contou com uma carga horária total de 40 horas/aula, distribuídas em encontros semanais com duração de duas horas. A heterogeneidade das turmas, que reuniu jovens de diferentes faixas etárias e contextos sociofamiliares, constituiu um fator enriquecedor para as trocas de experiências e o debate coletivo.

A condução metodológica esteve alicerçada na pedagogia crítica e no uso de estratégias participativas, organizando-se nas seguintes etapas interligadas:

1. **Acolhida e Mapeamento Diagnóstico (A "Caixa Anônima"):** No encontro inicial, para contornar o constrangimento e garantir a segurança psicológica, foi aplicativa a dinâmica da "caixa anônima" (BARBOSA; CAMPELO; MARINHO, 2025). Cada estudante depositou por escrito, sem qualquer identificação, suas dúvidas, medos, curiosidades e inseguranças sobre o corpo, a sexualidade e os relacionamentos. As questões arrecadadas serviram como diagnóstico pedagógico para reestruturar e contextualizar o cronograma das aulas.
2. **Círculos Dialógicos e Disparadores Sensíveis:** As sessões subsequentes eram iniciadas com momentos de acolhida que utilizavam recursos artísticos e audiovisuais (como músicas, videoclipes, curtas-metragens e notícias de jornal) como disparadores de debate. Essa abordagem permitiu introduzir discussões sobre violência de gênero, machismo, racismo, homofobia, transfobia e feminicídio, conectando os temas sociais à realidade da juventude.

3. **Construção do Conhecimento Científico e Temático:** Os conteúdos da ementa foram trabalhados de maneira problematizadora e fundamentada, cobrindo os seguintes eixos:
    - Anatomia e fisiologia dos sistemas genitais humano;
    - Puberdade, transformações corporais e saúde íntima;
    - Ciclo menstrual, fisiologia e enfrentamento da pobreza menstrual (CORREIA, 2021);
    - Gravidez na adolescência, planejamento reprodutivo e métodos contraceptivos;
    - Prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs);
    - Conceitos de gênero, diversidade, empatia, autoestima e educação emocional.
4. **Avaliação Processual e Participativa:** O acompanhamento do aprendizado deu-se de forma contínua, valorizando a presença ativa, o engajamento nos debates, a capacidade de escuta empática e a elaboração de sínteses reflexivas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para situar a Educação Sexual como pauta pedagógica emancipatória, torna-se necessário superar a visão higienista e preventiva-médica que tradicionalmente caracterizou a inserção do tema no currículo. Aquino (1997) aponta que a escola costuma agir de forma reativa, abordando a sexualidade apenas quando emergem episódios de crise, como a gravidez não planejada na adolescência ou o contágio por Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs). O autor advoga que a sexualidade deve ser tratada como dimensão inerente à vida e à subjetividade, demandando ações intencionais, contínuas e transversais no cotidiano escolar.

Sob a perspectiva pós-estruturalista, Louro (1997, 2004) argumenta que os corpos são "educados" e moldados por pedagogias culturais que definem o que é aceito, normal ou desviante. Os "silêncios" escolares em relação à diversidade de gênero e às manifestações afetivas não são neutros; ao contrário, reforçam hierarquias sociais, desigualdades e dinâmicas de exclusão e violência, como o machismo, a homofobia e a transfobia. Assim, propor momentos intencionais de escuta e debate na escola constitui um ato pedagógico de desnaturalização de preconceitos.

A relevância da mediação docente qualificada é respaldada por Ribeiro, Costa Junior e Paulini (2023), que destacam que a falta de espaço para a Educação Sexual na formação inicial de professores fragiliza as práticas em sala de aula. Quando o docente busca aperfeiçoamento e adota recursos metodológicos diversificados, cria-se uma ponte eficaz entre o conhecimento científico e as dúvidas reais dos adolescentes.

No tocante ao aspecto metodológico, Barbosa, Campelo e Marinho (2025) demonstram que o emprego de metodologias ativas como a "caixa de dúvidas" e as aulas dialogadas amplia significativamente a participação dos estudantes do Ensino Médio. O ensino investigativo sobre saúde sexual estimula a autonomia do estudante, permitindo que ele passe de mero espectador a sujeito ativo na construção do seu próprio bem-estar e no respeito ao outro.

Além disso, a literatura recente tem incorporado reflexões sobre vulnerabilidade social e direitos reprodutivos, com ênfase na pobreza menstrual (CORREIA, 2021). A falta de acesso a insumos de higiene e a infraestrutura sanitária adequada afeta diretamente a dignidade e a assiduidade escolar de estudantes que menstruam, revelando como as desigualdades socioeconômicas e de gênero se atravessam no espaço escolar. Abordar a dignidade menstrual no currículo ultrapassa a dimensão biológica do ciclo reprodutivo, posicionando o tema como questão de saúde pública e justiça social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das vivências proporcionadas pela Eletiva evidenciou transformações atitudinais e conceituais nos estudantes participantes. A aplicação da "caixa anônima" confirmou-se como um recurso metodológico potente. A compilação das dúvidas revelou que grande parte das inseguranças dos jovens era motivada pelo receio do julgamento moral em suas famílias e pela circulação de desinformação proveniente da internet.

Ao receberem respostas fundamentadas no conhecimento científico e desprovidas de juízos de valor, os alunos demonstraram alívio e progressiva desconstrução de vergonhas corporais. Temas como masturbação, anatomia genital, métodos contraceptivos e prevenção de ISTs passaram a ser tratados com maturidade e rigor conceitual, em consonância com as descobertas de Barbosa, Campelo e Marinho (2025) sobre a eficácia das metodologias ativas no ensino de saúde sexual.

A inclusão do debate sobre a pobreza menstrual provocou um impacto reflexivo singular na turma. A discussão fundamentada na literatura sobre o tema (CORREIA,

2021) permitiu que tanto as estudantes quanto os estudantes do sexo masculino reconhecessem a precariedade do acesso a absorventes e insumos de higiene como uma grave violação da dignidade humana e causa de absenteísmo escolar. O assunto deixou de ser tratado como tabu ou motivo de chacota, transformando-se em pauta de solidariedade, empatia e cidadania ativa.

No que tange às relações interpessoais e ao clima escolar, os disparadores culturais e os círculos de conversa mostraram-se fundamentais para enfrentar preconceitos estruturais. Conforme ressaltado por Louro (2004), o silêncio pedagógico autoriza a perpetuação da violência. Ao problematizar abertamente o machismo, a homofobia e a transfobia, a eletiva abriu espaço para que os jovens expressassem suas vivências e sentimentos sem medo do estigma.

Relatos dos próprios estudantes indicaram o fortalecimento da autoestima, o aumento da aceitação da própria identidade e o desenvolvimento da empatia interpessoal. Houve uma visível redução de comportamentos discriminatórios (*bullying*) no cotidiano das turmas, ratificando a premissa da BNCC (BRASIL, 2018) de que a escola deve promover a cultura da paz e a valorização da diversidade de indivíduos e grupos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização da disciplina Eletiva de Educação Sexual no Ensino Médio reforçou a necessidade imperiosa de garantir espaços permanentes de escuta e aprendizagem sobre o corpo, o gênero e a afetividade na escola pública. Ficou demonstrado que a Educação Sexual, longe de incitar comportamentos precoces, atua como um fator de proteção e autoconhecimento, munindo a juventude com informações científicas para escolhas conscientes e seguras.

O trabalho alcançou seus objetivos ao integrar a formação biológica às dimensões éticas e sociais do cuidado. A articulação de metodologias ativas como a "caixa anônima", associada à abordagem de temas emergentes como a pobreza menstrual e o combate às discriminações, provou ser um caminho metodológico eficiente para conectar a teoria à realidade dos estudantes de escola pública.

Conclui-se ser fundamental investir na formação continuada de professores nessa área e assegurar que as diretrizes da BNCC para a promoção da saúde e dos Direitos Humanos sejam efetivamente consolidadas nas práticas pedagógicas diárias. Educar para a sexualidade é educar para o respeito, a autonomia e a dignidade humana.

Palavras-chave: Educação Sexual; Ensino Médio; Juventude; Escola; Formação Integral.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Júlio Groppa (Org.). **Sexualidade na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997.

BARBOSA, Lyandra Maria de Sousa; CAMPELO, Cássio Marinho; MARINHO, Gabrielle Silva. Uso de metodologias ativas no ensino de saúde sexual. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 6, n. 1, p. 1-12, 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação é a Base. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2018.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Temas Transversais: Orientação Sexual. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CORREIA, Fábio. **Pobreza menstrual e vulnerabilidade social**: os impactos na educação e na dignidade das estudantes. Monografia (Licenciatura em Biologia) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), Recife, 2021.

LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

RIBEIRO, Rayane Brandão; DA COSTA JUNIOR, Valdir Machado; PAULINI, Fernanda. A importância da formação dos professores em educação sexual para atender a demanda do Novo Ensino Médio. **Revista Docência e Cibercultura**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 1-22, 2023.